

A BATALHA DA LEGALIZAÇÃO NO CONGRESSO

O GLOBO
ANC pag. 28
'Lobby' enfrenta a resistência da Igreja na luta para reabrir cassinos

DEBORAH BERLINCK

22 MAR 1987

BRASILIA — Há quatro anos, o paulista Ricardo Nanem, dono de uma agência de viagens em Brasília, vai quase diariamente ao Congresso Nacional para "prestar esclarecimentos". No escritório da agência, sustentado por longa lista de apoio de prefeituras e de entidades ligadas ao turismo, ele faz uma análise otimista dos ganhos e perdas da luta que se trava há oito anos no Congresso: a da legalização dos cassinos no Brasil.

— Agora — garante — é só uma questão de tempo. Poderia dizer que hoje a maior parte dos parlamentares é a favor da legalização. Só existe um grupo contra: o da Igreja.

Este dado seria irrelevante se a Igreja não tivesse, na Constituinte, uma das forças mais fiéis à sua causa, a chamada "bancada católica". Falar em qualquer tipo de jogo com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é comprar uma briga.

"O jogo arruína as pessoas, destrói-lhes o caráter, desorganiza a família, perturba o trabalho. Como é que homens eleitos para defender o bem do povo poderiam legislar contra o bem desse povo? Não se corrige um erro autorizando-o" — diz um documento da CNBB, numa crítica aos parlamentares que defendem a legalização dos cassinos.

O grupo pró-legalização não se intimida, entretanto, com os argumentos da Igreja. Organizado no Comitê Nacional Pró-Legalização dos Cassinos, ele investe na Constituinte por uma questão estratégica: é certo que uma Constituição não vai tratar de cassinos, mas serão os atuais constituintes que, depois de elaborada a Nova Carta, farão as leis ordinárias, através da Câmara e do Senado.

O Comitê reconhece que a saída não é ficar num jogo de palavras com a CNBB. A articulação tem por base uma bem montada rede de comunicações: a entidade tem delegados em todos os Estados, trabalhando junto aos prefeitos e deputados estaduais pela legalização dos cassinos. O mecanismo de pressão funciona em cadeia: convencidos das vantagens da legalização dos cassinos, os prefeitos, especialmente os de municípios turísticos, pressionam os deputados estaduais, que cobram dos deputados federais e assim por diante. Deste trabalho surgiu a lista de apoio à campanha do Comitê, hoje subscrita por 110 entidades e órgãos públicos, na maioria prefeituras, secretarias de turismo, sindicatos hoteleiros e até mesmo a Associação Brasileira de Maitres de Hotel.

Tudo isso passa por uma rede de informações que distribui todos os tipos de estatísticas e estudos mostrando as vantagens da reabertura dos cassinos, proibidos no Brasil pelo Governo Dutra, em 1946. Defendendo uma proposta de só permitir o funcionamento de cassinos em hotéis cinco estrelas localizados em pontos turísticos, o Comitê apresenta em defesa de sua pretensão argumentos como o da maior oferta de empregos e incentivo à indústria hoteleira, à construção civil, à indústria de equipamentos e ao comércio.

Segundo Ricardo Nanem, existem hoje no País 52 cassinos clandestinos, faturando cerca de US\$ 1 milhão (Cz\$ 20 milhões) por semana, especialmente no Norte e Nordeste.

— Isso sim, é um agente gerador de corrupção policial — diz ele. — Em 1985, o Brasil obteve através do FMI um empréstimo de US\$ 5 bilhões, ou seja, exatamente o montante que o Governo americano arrecadou com tributos recolhidos dos cassinos. O dinheiro que o Governo poderia recolher dos cassinos daria para cobrir muito buraco do País.

Para a CNBB, entretanto, esses dados são "capciosamente arranjados para impressionar" e não passam de um pretexto, pois "o jogo enriquece um grupo já extremamente rico e tira o dinheiro de quem não pode perdê-lo porque tal coisa compromete sua família, seus bens e sua paz".

Afirma o documento da CNBB: "Dizem que os cassinos gerariam grande número de empregos. Mas não haverá no Brasil infinitas outras áreas demandando braços e talentos? O homem brasileiro dispõe de setores mais nobres e úteis em que se ocupar. O jogo anda de mãos dadas com o roubo, a violência, os tóxicos e toda sorte de crimes. O Brasil não precisa abrir mais portas para o mal".

Ricardo Nanem rebate a tese:

— Nossa proposta é instalar cassinos somente em hotéis cinco estrelas. Não conheço nenhum pobre que consiga pagar um cafézinho num hotel cinco estrelas. Só rico vai jogar.

Pelas estatísticas do Comitê, cada cassino poderia gerar emprego para profissionais de até 85 funções, entre elas as de músico, compositor, instrumentista e técnico de iluminação, já que seria exigida a apresentação de espetáculos ao vivo nos hotéis/cassinos. O apoio de tantos prefeitos e administradores não é ocasional: o projeto do Comitê diz que dos impostos que o Governo recolher 30 por cento serão destinados ao município, 30 por cento ao Estado e 30 por cento à União. Um dos projetos arquivados é do Deputado Renato Vianna, que deverá reapresentá-lo ainda este ano se os trabalhos da Câmara permitirem. Ex-Prefeito de Blumenau (SC) e ex-professor de Direito Penal, ele quer também a legalização do jogo do bicho. Acha "uma hipocrisia" ignorar-se dois fatos: no Brasil, por tradição, sempre se jogou no bicho, e existem cassinos.

